

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A democracia que conserva as instituições e perde os cidadãos

Publicado em 2026-10-27 15:00:00





conserva as instituições e perde os cidadãos

Habitação, protesto e factura pública da banca: o que acontece à representação quando o poder escuta de forma desigual.

Crónica de opinião · 27 de Outubro de 2026

Nota de abertura:

Uma reflexão crítica sobre as manifestações pela habitação e a desigualdade de influência nas decisões públicas. Os factos documentados são identificados pelas referências; as interpretações e propostas pertencem ao domínio da opinião.

Há uma forma silenciosa de empobrecer uma democracia: conservar-lhe os edifícios, os cargos, os calendários eleitorais e as cerimónias, enquanto se estreita o espaço em que os cidadãos conseguem influenciar o rumo da vida colectiva. Tudo pode continuar a ter o nome certo. O

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

É essa distância que as manifestações pela habitação tornam impossível ignorar. Uma geração que sai à rua porque o seu salário não lhe permite construir uma vida está a apresentar uma reclamação sobre o funcionamento do país. Se a resposta política se concentra nas tendas, na circulação e na disciplina, o problema maior fica de pé: a incapacidade de transformar trabalho em autonomia e cidadania em influência.

As intervenções policiais nos protestos de Lisboa e do Porto, e a controvérsia que suscitaram, exigem apuramento independente. Foram noticiados procedimentos da Inspeção-Geral da Administração Interna e do Ministério Público. A existência desses mecanismos de fiscalização conta a favor da democracia; a sua credibilidade dependerá da independência, da celeridade e das consequências do que vier a ser apurado.

[1]

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

No dia 26 de Outubro, António Leitão Amaro afirmou que «os direitos são regras que têm que ser aplicadas e defendidas». O ministro da Presidência falava no Porto, sem mencionar expressamente os protestos pela habitação. Também invocou a proporcionalidade, os direitos fundamentais e a conformidade constitucional das regras. O contexto completo merece ser preservado, precisamente para que a crítica incida sobre o que foi dito. [1]

Levemos, então, a afirmação a sério. Se os direitos têm força jurídica, obrigam o Governo, a Administração e as forças de segurança. A Constituição determina a aplicação directa dos direitos, liberdades e garantias, protege a reunião pacífica e a manifestação e limita as medidas policiais ao necessário. O poder que exige obediência tem de demonstrar a legalidade, a necessidade e a proporcionalidade da sua própria actuação. [2]

Invocar regras é o princípio de uma explicação. Seguem-se as perguntas concretas: que norma foi aplicada, que risco estava em causa, que alternativas foram consideradas e por que razão se escolheu aquele meio? A autoridade democrática ganha força quando responde. Uma ordem repetida em voz mais alta continua a precisar de fundamento.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

direito no papel e perde o lugar onde o pode exercer. Há poucas formas mais discretas de esvaziar uma promessa constitucional.

Vinte mil milhões e uma pergunta sobre prioridades

Do outro lado desta discussão está a memória financeira do país. Um levantamento do *Dinheiro Vivo*, publicado em 5 de Outubro a partir dos pareceres do Tribunal de Contas, aponta para um saldo acumulado de **20.667 milhões de euros desfavorável ao Estado nos apoios ao sector financeiro entre 2008 e 2025**. É a ordem de grandeza dos vinte mil milhões a que tantos cidadãos se referem quando falam da factura pública da banca. ^[3]

Esse saldo reúne intervenções, perdas, empréstimos e recuperações diferentes, com fecho em 2025. A sua natureza distingue-se de uma dívida única, integralmente exigível aos bancos actuais. O rigor fortalece a crítica.

Evitar o colapso financeiro pode ter sido indispensável para proteger depósitos, pagamentos, salários e empresas. Aceitar essa necessidade obriga a escrutinar as condições

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

E a estabilidade da vida das famílias merece idêntica seriedade. Um jovem que trabalha e não consegue sair de um quarto sobrelotado sofre uma crise real. Um casal que adia filhos porque não encontra habitação acessível vive uma emergência com efeitos colectivos. A linguagem económica reconhece depressa o risco sistémico de um banco. A linguagem política precisa de reconhecer o risco sistémico de um país onde uma geração deixa de conseguir começar.

O contribuinte tem razões para exigir coerência: a capacidade do Estado para intervir deve ser acompanhada pela capacidade de justificar prioridades, repartir custos e apresentar resultados. Quem foi chamado a suportar encargos extraordinários tem o direito de perguntar que protecção recebe quando a sua própria vida entra em desequilíbrio.

O cidadão parece, por vezes, um sócio de recurso: chamado para a factura, raramente chamado para a reunião. Uma democracia deve oferecer-lhe melhores condições de participação do que esta curiosa modalidade de sociedade.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Ter uma casa permite descansar, estudar, mudar de emprego, constituir família e criar raízes. A insegurança habitacional consome tempo, rendimento e capacidade de participação. Uma pessoa permanentemente ocupada a evitar a próxima ruptura tem menos disponibilidade para acompanhar decisões públicas ou contestar quem as toma. A cidadania também precisa de uma porta que se possa fechar ao fim do dia.

O diagnóstico internacional ajuda a perceber a dimensão estrutural do problema. No seu estudo económico sobre Portugal de 2026, a OCDE identifica obstáculos à construção e ao arrendamento, insuficiências da habitação social e dificuldades especialmente graves para os jovens. Recomenda uma combinação de reformas do licenciamento e da fiscalidade, melhor utilização do parque existente e apoio mais adequado às famílias vulneráveis. ^[4]

Há escolhas difíceis, custos e interesses em conflito. Precisamente por isso, um Governo deve apresentar metas, prazos, financiamento e resultados verificáveis. A complexidade exige trabalho político continuado. Usá-la como explicação permanente para o adiamento deixa as famílias a pagar, todos os meses, o preço da incapacidade colectiva.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

deslocações extenuantes, dependências prolongadas e talentos que procuram noutra país uma possibilidade de vida. ^[2]

O incómodo faz parte da democracia

Uma manifestação serve para tornar visível o que a rotina política permite esquecer. Ocupa a atenção, disputa o espaço público e interrompe a aparência de normalidade. A sua utilidade democrática nasce dessa capacidade de trazer para o centro um problema que muitos prefeririam manter na periferia.

O Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas esclarece, no Comentário Geral n.º 37, que uma reunião pacífica pode causar perturbações e que o Estado tem deveres de facilitação e protecção. Também estabelece exigências apertadas para a dispersão e o uso da força. Uma perturbação da circulação ou da actividade quotidiana, por si só, não equivale a violência. ^[5]

Aplicar esses princípios a uma acampada concreta exige examinar os factos, a duração, os riscos e os direitos

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A repressão desproporcionada, quando ocorre, provoca um dano que se prolonga para além do momento da intervenção. Ensina a quem assiste que participar pode trazer um custo pessoal elevado e um resultado político nulo. O silêncio que daí nasce pode parecer tranquilidade. Para uma democracia, é antes um sinal de perda de confiança.

Quem tem acesso às decisões?

A igualdade do voto convive com desigualdades de tempo, dinheiro, informação e acesso. Uma associação de moradores e um grande grupo económico podem apresentar uma posição sobre a mesma lei; os recursos de que dispõem para a fazer chegar aos decisores são muito diferentes. Reconhecer essa diferença é o primeiro passo para desenhar instituições capazes de a compensar.

Num estudo publicado em 2014 na revista *Perspectives on Politics*, Martin Gilens e Benjamin Page analisaram 1.779 questões de política pública nos Estados Unidos. Encontraram influência independente significativa das elites económicas e dos grupos empresariais, enquanto a influência independente do cidadão médio era muito reduzida no modelo estudado. Os dados dizem respeito

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

decisões? [7]



É por isso que a suspeita de captura de um regulador deve dar origem a escrutínio concreto: nomeações, incompatibilidades, decisões, fundamentação, fiscalização e resultados. A acusação ganha força quando mostra como um interesse particular passou a orientar uma função pública. A transparência deve permitir verificar também

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

compra uma proximidade que a cidadania, por si só, já não consegue assegurar. O remédio exige regras sobre contactos e conflitos de interesses, publicidade das decisões e meios efectivos para os cidadãos organizarem e defenderem as suas posições. A representação precisa de condições materiais para funcionar.

A confiança precisa de influência real

O inquérito internacional da OCDE sobre confiança nas instituições, publicado em 2024 com dados de 2023, encontrou uma diferença expressiva: em média, 69% das pessoas que sentiam ter influência na acção governativa confiavam no governo nacional, contra 22% entre as que sentiam não ter essa influência. São resultados dos países abrangidos, e uma associação estatística, sem demonstração de causalidade nem equivalência automática à realidade portuguesa. ^[6]

A leitura política é, ainda assim, importante: pedir confiança a quem se sente permanentemente excluído das decisões tem limites. A confiança constrói-se com respostas, razões públicas e possibilidade de corrigir erros.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Portugal precisa de uma cidadania com instrumentos para acompanhar a execução das políticas, exigir contas e participar entre eleições. Precisa de justiça acessível, jornalismo independente, associações com capacidade de intervenção e instituições que expliquem por que acolhem ou rejeitam propostas. A discordância deve ter um caminho para produzir consequências democráticas.

As instituições têm de voltar a abrir a porta

Conservar instituições é indispensável. Fazê-las responder aos cidadãos é uma tarefa permanente. Sempre que uma investigação independente apura um abuso, um tribunal protege um direito ou uma decisão pública é corrigida pelo escrutínio, a democracia demonstra capacidade de renovação. Esses mecanismos merecem ser defendidos e exigidos.

A crise de representação agrava-se quando a sua utilização se torna demasiado lenta, cara ou inconsequente para a maioria. O cidadão passa a reconhecer o Estado pela cobrança, pela espera e pela ordem, enquanto a

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Uma resposta séria à crise da habitação deve unir execução e participação: aumentar a oferta acessível, mobilizar imóveis com critérios claros, melhorar o licenciamento sem sacrificar segurança e qualidade, proteger situações vulneráveis e publicar resultados. A fiscalização do uso da força e das responsabilidades financeiras precisa da mesma exigência de clareza.

Os cidadãos que perguntam pelo seu futuro estão a cumprir uma função democrática essencial. Obrigar o poder a olhar para uma injustiça é uma forma de cuidar da comunidade. O desconforto dos governantes perante essa pergunta faz parte do preço de governar em liberdade.

O futuro de uma geração tem de pesar nas decisões do país. Quando as instituições deixam de o escutar, cabe à cidadania fazê-lo ouvir — com persistência, organização e a força dos direitos que a própria democracia prometeu garantir.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

cidadania, por si só, já não consegue assegurar.

DADOS ESSENCIAIS

- **20.667 milhões de euros:** saldo acumulado desfavorável ao Estado dos apoios ao sector financeiro em 2008–2025, segundo o levantamento jornalístico citado. ^[3]
- **Habitação:** a OCDE identifica dificuldades estruturais de oferta e de acesso, especialmente para os jovens. ^[4]
- **Confiança:** 69% contra 22% entre quem sente ter, ou não ter, influência na acção governativa, em média no inquérito internacional da OCDE realizado em 2023. ^[6]
- **Manifestação:** protecção constitucional e deveres de necessidade e proporcionalidade; cada restrição exige fundamento e avaliação concreta. ^[2]

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Esta é uma crónica de opinião em defesa do Estado de direito, da participação cívica e da responsabilização do poder. A expressão sobre a perda de cidadãos traduz uma apreciação política da qualidade da representação. A legalidade de cada intervenção policial depende dos factos e do apuramento pelas entidades competentes.

O saldo financeiro tem fecho em 2025; as operações de 2026 exigem actualização própria. Os resultados internacionais são apresentados com o seu âmbito e as suas limitações.

Fontes consultadas até 27 de Outubro de 2026. Texto em português de Portugal, segundo a grafia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990. Autoria: Francisco António dos Santos Gonçalves. Co-autoria e apoio à investigação e redacção: ChatGPT — OpenAI.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

liberdades sem regras” e defende PSP

26 de Outubro de 2026. Declaração do ministro, contexto da intervenção e referência aos processos de averiguação sobre as intervenções policiais.

- [2] Assembleia da República — Constituição da República Portuguesa — artigos 18.º, 45.º, 65.º e 272.º texto constitucional em vigor, consultado em 27 de Outubro de 2026. Direitos fundamentais, reunião e manifestação, habitação e limites das medidas policiais.
- [3] Dinheiro Vivo / Diário de Notícias — Banca ainda deve 70% dos 30 mil milhões de euros em apoios dos contribuintes

5 de Outubro de 2026. Levantamento baseado nos pareceres do Tribunal de Contas; balanço de 2008–2025.

- [4] OCDE — OECD Economic Surveys: Portugal 2026 6 de Janeiro de 2026. Diagnóstico da acessibilidade da habitação e recomendações sobre oferta, licenciamento, fiscalidade e apoio às famílias. DOI: 10.1787/025b3445-en.
- [5] Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas — General comment No. 37 (2020) on the right of

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

protecção das reuniões pacíficas, dever de facilitação e exigências de dispersão e uso da força.

- [6] OCDE — OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions — 2024 Results

10 de Julho de 2024; inquérito realizado em 2023.

Comparação internacional entre sentimento de influência nas decisões e confiança no governo; os valores citados são médias dos países abrangidos, não resultados específicos de Portugal.

- [7] Martin Gilens e Benjamin I. Page / Perspectives on Politics — Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens

2014, volume 12, n.º 3, pp. 564–581. Estudo sobre os Estados Unidos, com dados de 1981–2002. É utilizado como referência comparativa sobre desigualdade de influência, sem extrapolação automática para Portugal. DOI: 10.1017/S1537592714001595.

Francisco António dos Santos Gonçalves

Co-autoria: ChatGPT — OpenAI

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.



GitHub Pages



CodeBerg Pages



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)